

SEMÂNTICA E DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX MEIO SÉCULO DEPOIS: O LEGADO TEÓRICO POLÍTICO DO MATERIALISMO HISTÓRICO EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

Maurício Beck¹

Resumo: Este artigo revisita as três modalidades discursivas de funcionamento subjetivo de Pêcheux — identificação, contraidentificação e desidentificação — articulando-as às crises do marxismo-leninismo e às autocríticas posteriores do próprio autor. Argumenta-se como a aposta na pedagogia revolucionária da vanguarda pode levar a impasses teórico-políticos que obscurecem/iluminam o funcionamento contraditório e material do assujeitamento. A partir de Althusser, Lacan, Žižek, Sloterdijk e críticas recentes ao “formalismo signifiicante”, o texto propõe repensar a desidentificação não como posição estabilizada e individualizada, mas como relativo à agência das massas e passível de equívocos. Argumenta-se ainda que a resistência não é apenas discursiva, mas abrange a materialidade corpórea, “a vida resiste”, abrindo caminho para integrar materialidades vivas, entropia diante da emergência socioambiental.

Palavras-chave: Modalidades Discursivas de Funcionamento Subjetivo. Materialismo Espinozista. Formalismo do Significante. Emergência Climática.

MICHEL PÊCHEUX'S LANGUAGE, SEMANTICS AND IDEOLOGY HALF A CENTURY LATER: THE THEORETICAL-POLITICAL LEGACY OF HISTORICAL MATERIALISM IN TIMES OF SOCIO-ENVIRONMENTAL EMERGENCY

Abstract: This article revisits Pêcheux's three discursive modalities of subjective functioning — identification, counter-identification, and disidentification — articulating them with the crises of Marxism-Leninism and the author's subsequent self-critiques. It argues that the emphasis on the revolutionary pedagogy of the vanguard can lead to theoretical-political impasses that simultaneously obscure and illuminate the contradictory and material functioning of subjection. Drawing on Althusser, Lacan, Žižek, Sloterdijk, and recent critiques of “significant formalism,” the text proposes rethinking disidentification not as a stabilized and individualized position, but as related to the agency of the masses and prone to misunderstandings. It further argues that resistance is not only discursive but encompasses organic materiality — “life resists” — paving the way to integrate living materialities and entropy in the face of the socio-environmental emergency.

Keywords: Discursive Modalities of Subjective Functioning. Spinozist Materialism. Significant Formalism. Climate Emergency.

¹ Doutor em Letras (UFS). Pesquisador pós-doc, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: mauricio.beck.dr@gmail.com

Preâmbulos acerta das três modalidades discursivas

Les Vérités de la Palice (1975), ou *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2014), do filósofo francês Michel Pêcheux, completa cinquenta anos de sua publicação sem perder a potência de suspender evidências, desestabilizar certezas arraigadas e provocar leituras instigantes a cada revisitação de suas páginas. A proposta deste texto é, em um primeiro momento, retomar algumas das leituras que já elaborei e publiquei sobre a obra, acrescentando-lhes novos questionamentos, avanços, inversões e inflexões. Em um segundo momento, o objetivo se torna mais ousado: lançar uma série de interrogações sobre as retificações que o próprio Pêcheux fez ao livro de 1975 e sobre sua aproximação com certas teses lacanianas ou, mais especificamente, com o que Gabriel Tupinambá (2024) denominou de “ideologia lacianiana”. Trata-se de levar a língua aonde o dente dói: investigar as dificuldades de concatenar o materialismo espinozista, com o qual Pêcheux abertamente se engaja em 1975, ao formalismo subjacente à tese milleriana da lógica do significante, desdobramento de posições adotadas por Lacan em um determinado momento de sua trajetória. O enfoque será, portanto, nas contribuições de cunho mais diretamente político-ideológicas da teoria materialista do discurso. Acredito que tais contribuições e os desdobramentos que elas tiveram no pensamento autocrítico do filósofo tem um potencial que extrapola o ofício da análise de discurso, pois conversa com o pensamento contemporâneo acerca de nossa formação social capitalista atualmente sitiada pela emergência climática.

Em nosso artigo (Beck, Scherer, 2008), *As modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista*, partimos da teoria das três modalidades discursivas, elaborada por Michel Pêcheux (1975) a partir das teorizações

de Althusser, para estabelecer um diálogo com a tradição marxista-leninista. Nosso objetivo foi mostrar como a Análise de Discurso, em um de seus textos fundadores, buscou articular uma teoria materialista da linguagem com as soluções e os impasses teórico-políticos da luta de classes. Nesse percurso, argumentamos que a primeira modalidade, a do “bom sujeito”, correlata à identificação inconsciente com a ideologia dominante, funcionaria de modo análogo à adesão à ideologia burguesa tal como pensada por Lênin.

Avançamos, então, para a segunda modalidade, a do “mau sujeito” ou do contradiscurso, que associamos ao conceito leninista de “ideologia espontânea do proletariado”. Nela, o sujeito se rebelaria contra as evidências que o determinam, mas sua revolta permanece inscrita no interior do campo discursivo dominante, sendo incapaz de forjar, por si só, uma alternativa revolucionária consistente. A terceira modalidade, a do sujeito feio (conforme a designação que adotei em minha tese de doutorado) por sua vez, era indício, para nós, da tentativa teórica de Pêcheux de formular uma potencial superação dos efeitos de evidência da ideologia dominante: a “desidentificação” operaria por meio de uma pedagogia da ruptura, que fusionaria a teoria científica à prática política através de um dispositivo partidário de vanguarda, na acepção leninista do termo.

No entanto, constatamos em nossa investigação que a terceira modalidade revelou-se falha, tanto conceitual quanto historicamente. Acompanhamos a autocrítica de Pêcheux, que percebeu a simetria problemática entre o “sujeito materialista” da desidentificação e o sujeito pleno da ideologia, uma ilusão que negava a instância do inconsciente. Paralelamente, observamos como a crise do Partido Comunista Francês, criticada por Althusser, expôs na prática as limitações do modelo de partido fortaleza e

as falhas da chamada pedagogia revolucionária. Com efeito, no final dos anos 1970, Louis Althusser buscou intervir no debate político por meio de artigos publicados em abril daquele ano. O filósofo dirigiu suas críticas à liderança do Partido Comunista Francês (PCF), focando em dois problemas centrais: a tendência em adotar uma postura política alinhada com o parlamentarismo burguês e a estrutura organizacional excessivamente hierárquica e militarizada. Diante da censura imposta pela cúpula do partido, que barrou a publicação de seus textos no jornal *L'Humanité*, Althusser optou por veicular uma série de artigos no *Le Monde*. Esses textos seriam posteriormente reunidos no livro *Ce que ne peut plus durer dans le parti communiste*.

Nessa obra, Althusser argumenta que tanto a tendência parlamentarista quanto a estrutura militarizada serviam para perpetuar o poder exclusivo da direção sobre a base militante. Ele descreve a hierarquia militar como uma estrutura vertical, na qual a comunicação flui por uma única via ascendente: de uma célula para uma seção, depois para uma federação e, finalmente, para o comitê central. Esse sistema, segundo ele, institui um mecanismo de controle e vigilância, transformando os militantes em meros soldados que recebem ordens inquestionáveis dos quadros partidários. Essa organização inviabiliza qualquer cooperação ou diálogo direto entre as células, impedindo uma articulação mais horizontal dentro do partido. O efeito disso é a crença de que a "linha justa" só pode vir de cima, e a teoria do materialismo histórico acaba restrita à vanguarda, como se fosse propriedade exclusiva dos dirigentes.

Em oposição a essa abordagem vanguardista, Althusser aponta que, nas décadas de 1960 e 1970, as bases do partido e movimentos à margem da luta de classes (como jovens e mulheres) passaram a realizar suas próprias análises da conjuntura. Ele caracteriza o PCF

da época como uma fortaleza inexpugnável, cujo objetivo era se proteger de forças fora de seu controle, como os movimentos estudantis e "pequeno-burgueses" que não estavam sob a direção do partido durante os eventos de Maio de 1968. Diante dos levantes e da greve geral daquele ano, a estratégia defensiva do partido o colocou na retaguarda dos acontecimentos históricos.

Tendo em conta a dupla falha, teórica e política, argumentamos que se operou um recuo na Análise do Discurso, que deslocou seu eixo de investigação da revolução para as resistências cotidianas e para o sujeito cindido da psicanálise. Esse movimento coincidiu com o chamado "inverno político" para a esquerda francesa. Por fim, concluímos que a tarefa que se colocava para nós, enquanto analistas do discurso, não é a de resgatar um projeto revolucionário infalível, mas a de analisar como os movimentos sociais contemporâneos reelaboram, no discurso, as tensões e os impasses desse legado. Retomar criticamente a teoria do marxismo-leninismo em nossa própria teoria significa compreender como suas falhas e seus *insights* ainda ecoam nas lutas atuais, sem a pretensão de oferecer uma panaceia teórica, mas com o compromisso de interpretar os complexos processos de resistência-revolta-revolução no nosso tempo histórico.

A dominação ideológica e os impasses da pedagogia revolucionária

Antes de avançar mais no meu próprio percurso, gostaria de mencionar o texto *Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes* de Michel Pêcheux (2014b), publicado em *KultuRRevolution*, em 1984. Endereçado aos marxistas alemães, esse texto retoma a obra de 1975, como podemos verificar pela citação abaixo, permitindo aprofundar e tensionar a interpretação das três modalidades discursivas

que orientaram nossa análise.

Eu já havia tido, em 1975, a oportunidade de desenvolver, a partir desse estudo, certas perspectivas teóricas, às quais aqui farei explicitamente referência, tanto para expor aos leitores alemães as posições às quais eu continuo me subscrevendo, quanto para formular algumas retificações críticas, concernentes essencialmente a certos efeitos "teoricistas". Veremos que este trabalho conduz a uma reavaliação das relações entre a teoria marxista e o que se convencionou chamar de ideologia proletária, no interior do conjunto do processo revolucionário, do qual a luta ideológica de classes é um elemento. (Pêcheux, 2014b, p.1)

Considero que este texto pecheuxtiano enfatiza que, na perspectiva do processo de reprodução/transformação histórica, as três modalidades não devem ser compreendidas como estágios psicológicos ou graus de consciência, mas como efeitos estruturais da relação sujeito/Sujeito no interior da luta ideológica de classes. Tal como Pêcheux afirma, a interpelação ideológica não se reduz a uma operação local, mas constitui simultaneamente um processo de assujeitamento e um ponto permanente de contradição.

Pêcheux retoma a primeira modalidade, correspondente ao “bom sujeito”, caracterizaria a coincidência entre o sujeito interpelado e o Grande Sujeito, realizando a adesão plena às evidências construídas pela ideologia dominante. O autor descreve essa coincidência como a forma pela qual “os sujeitos caminham sozinhos”, reproduzindo espontaneamente as relações de produção sem necessidade de coerção direta. Esse mecanismo fornece base materialista à nossa aproximação entre o “bom sujeito” e a adesão à ideologia burguesa tal como discutida por Lênin: trata-se, em ambos os casos, de um processo estrutural, sustentado pelo funcionamento desigual e subordinado dos aparelhos ideológicos de Estado, e não de um simples alinhamento voluntário.

A segunda modalidade, a do “mau sujeito”,

expressaria a ruptura parcial da coincidência entre sujeito e Sujeito, mas permanece capturada no interior do campo ideológico dominante. É nesse sentido que Pêcheux analisa o pacifismo da Primeira Guerra como inversão literal dos termos burgueses, onde a revolta opera “contra” a ideologia apenas para reproduzir sua estrutura. Essa descrição confirma nossa aproximação entre a contraidentificação e a “ideologia espontânea” em Lênin: trata-se de um gesto de rejeição legítimo, porém insuficiente para ultrapassar os limites estruturais do discurso dominante. A contestação, assim, não se transforma automaticamente em ruptura revolucionária.

É na terceira modalidade, a da desidentificação, que se concentra o ponto de maior convergência e também de maior tensão entre nossa análise e a reflexão tardia de Pêcheux.

Para especificar esse efeito de ruptura ideológica (distinto da literalidade e da inversão da contraidentificação), que integra o efeito da prática revolucionária proletária e a teoria marxista, propus o termo desidentificação como terceira modalidade ideológica, afetando a relação sujeito/Sujeito. Não se trata, de maneira alguma, de uma “síntese” do tipo hegeliana que vem reconciliar dois momentos anteriores concebidos como a afirmação (identificação) e a negação (contraidentificação). Também não se trata de uma impossível dessubjetivação do sujeito, mas de uma transformação da forma-sujeito sob o efeito desse acontecimento sem precedente na história, que constitui a fusão tendencial das práticas revolucionárias do movimento operário com a teoria científica da luta de classes. (Pêcheux, 2014b, p.10)

Em seu texto de 1975, o autor buscou formular a desidentificação como resultado da fusão tendencial entre teoria científica e prática política, agenciada pela pedagogia revolucionária do partido de vanguarda. Contudo, na autocrítica desenvolvida no texto aqui analisado, Pêcheux mostra que essa formulação sustentava uma simetria problemática entre o sujeito materialista da ruptura e o sujeito pleno da ideologia dominante. A exterioridade da teoria à ideologia, que servia de apoio para esse modelo, revela-se insustentável, pois corre o risco de

reintroduzir a figura do mestre pedagógico que conduziria as massas ao esclarecimento, reproduzindo a lógica que pretendia superar. Com efeito, Pêcheux se pergunta:

Como conceber a ruptura transformadora que afeta, assim, a forma-sujeito na prática proletária, tomada na História como "processo sem sujeito nem fim", sem fundamentar, em definitivo, essa ruptura no fato teórico, pelo qual o sujeito se encontra ausente como tal de todo discurso científico? Como evitar, então, uma subordinação da prática política à teoria, na qual a exterioridade teórica dos conceitos da ciência da história apareceriam, finalmente, como a causa da ruptura ideológica proletária? (Pêcheux, 2014b, p.10)

Nessa clareira, aberta pela autocítica, a desidentificação, longe de poder ser administrada ou ensinada, só poderia existir como efeito contraditório de práticas (não exclusivamente as teóricas) que desestabilizam o campo das evidências dominantes. Diante da dupla falha, teórico, no nível da formulação do sujeito desidentificado; e político, na crise das estratégias vanguardistas dos partidos eurocomunistas, operou-se um deslocamento significativo na teoria da Análise do Discurso. A ênfase deixa de recair sobre a promessa de uma ruptura centralizada e passa a se concentrar na materialidade das falhas, lapsos e contradições que atravessam a interpelação ideológica. Em lugar de uma trajetória teleológica revolucionária, emerge a atenção às resistências cotidianas, às ambivalências do sujeito cindido e às formas múltiplas de contestação que não se deixam reduzir ao eixo Estado/partido. Esse movimento coincide com aquilo que identificamos como um “inverno político” da esquerda francesa.

Ao retomarmos criticamente a terceira modalidade discursiva, a desidentificação, torna-se necessário examinar seu núcleo conceitual mais problemático: a centralidade atribuída ao primado da teoria e ao papel da vanguarda como mediadora entre ciência e prática revolucionária. Essa problemática, já apontada por Pêcheux em

sua autocrítica, revela-se inseparável de uma série de tensões epistemológicas, políticas e ontológicas que atravessam tanto o marxismo-leninismo quanto a Análise do Discurso.

Quando a teoria científica é elevada à instância capaz de “corrigir” a ideologia espontânea do proletariado, ela se converte numa espécie de Estado em pensamento, uma instância que concentra a “verdade” da revolução e que, por isso, tende a reproduzir a divisão social do trabalho político: uns teorizam, outros executam. A pedagogia da vanguarda, nesse contexto, aparece como prolongamento do aparelho estatal, mimetizando a lógica que pretende superar. A crítica ao empirismo e ao espontaneísmo, embora acertada quando identifica limites na ideologia espontânea (o “mau sujeito”), corre o risco de reinstalar uma obediência à Ideia ou à Teoria.

Esse impasse é inseparável da própria forma pela qual Pêcheux conceitua a desidentificação. Se ela é vinculada à teoria como instrumento da revolução vindoura, corre-se o risco de postular um sujeito-pleno-de-revolta, figura que, segundo o autor, não apenas é impossível, mas simetricamente equivalente ao “bom sujeito” que caminha sozinho. Em contraste, Pêcheux, irá doravante conceituar a desidentificação como inscrita no processo revolucionário (de massas)

Se aceitamos designar pelo termo “des-identificação” o que, no processo da revolução proletária, constitui a forma ideológica da tendência ao não-Estado, podemos dizer que o aparelho de Estado proletário, enquanto ele mesmo essa realidade contraditória, tendendo “não só a se perpetuar e a se reforçar, mas também a definir progressivamente, em razão de sua forma” (E. Balibar), funciona ideologicamente à des-identificação e ataca, por aí, os processos de divisão-representação-delegação que fundam o Estado de direito. (Pêcheux, 2014b, p.19)

Para Pêcheux, as massas proletárias são da ordem do irrepresentável, pois não elas não consituiriam um corpo. Ademais, afirmar

que a interpelação proletária funciona pela contradição significa que os indivíduos são capturados no interior da própria contradição que os constitui, sem que possam se identificar com um "eu-sujeito" proletário – figura essa impossível. Isso também implica que esse processo é, por natureza, interminável, sendo constantemente obrigado a recomeçar do ponto onde aparentemente terminou. Para o filósofo, não existe e não pode existir uma interpelação proletária "pura", pois a contradição está sempre se suturando, na tentativa justamente de realizar esse impossível.

Em outras palavras, é possível dizer que a equivocidade de diferentes materialidades atravessa tanto a política quanto a linguagem e impede qualquer estabilização plena da revolta-revolução. A desidentificação, vista por esse ângulo, não é um ponto de chegada nem uma identidade revolucionária, mas o efeito de práticas que desarranjam os lugares estabilizados do mando e da obediência, da divisão social do trabalho, inclusive o autoproclamado revolucionário.

Essa perspectiva reforça, enfim, a necessidade de compreender ao processo de resistência-revolta-revolução como fenômeno sujeito ao descontínuo, ao equívoco. Longe de constituírem um sujeito absoluto, elas produzem aberturas parciais, deslocamentos posicionais e reconfigurações locais dos aparelhos ideológicos. Integrar essas dimensões ao quadro teórico da Análise do Discurso significa recusar tanto um espontaneísmo empirista quanto um vanguardismo teoricista. Com isso, não estou afirmando que a teoria materialista não seja necessária para a realização de análises concretas de situações concretas, mas que não há garantias de que a compreensão das condições objetivas para a transformação sócio-histórica caminha no mesmo passo e ao mesmo tempo com as condições subjetivas de transformação da Forma Sujeito.

Haveria uma quarta ou muitas outras modalidades discursivas?

Partindo da teoria materialista do discurso de Michel Pêcheux, que articula a linguística estruturalista, a psicanálise e a teoria da ideologia de Althusser, nosso artigo (Beck, Marcel, 2012) "O sujeito e seus modos" investiga as formas de inscrição do sujeito nas formações discursivas. Um aspecto crucial desenvolvido pelos autores é a ideia de que esse funcionamento especular não opera por uma identificação plena e perfeita, mas necessariamente por um hiato entre os sujeitos e o Sujeito. Esse afastamento é o que garante a eficácia do mecanismo, pois mantém o sujeito em um estado de desejo e tentativa constante, porém inalcançável, de se igualar ao ideal. O exemplo do sujeito cristão, que deve aspirar a Cristo mas jamais pode pretender se igualar a ele sob pena de blasfêmia, ilustra perfeitamente como a ideologia se sustenta nessa distância necessária.

A transição para a Forma Sujeito Moderna, (pré)teorizada com base em Feuerbach e Max Stirner, modifica, mas não suprime, essa lógica de assujeitamento. Feuerbach, ao argumentar que Deus é uma projeção da essência do homem para fora de si, desloca o lugar do Sujeito universal. No entanto, como critica Stirner, essa internalização da essência suprema no "Homem" não liberta o indivíduo; pelo contrário, ele agora se torna a "morada" superlotada desse novo ideal. A forma-sujeito deixa de ser predominantemente religiosa para se tornar o "Homem livre e autônomo" da modernidade capitalista, mas o hiato persiste. O sujeito é agora interpelado como "deus de si mesmo", porém permanece assujeitado a essa forma idealizada de humanidade, que ele deve constantemente buscar, mas nunca pode realizar plenamente, internalizando assim a própria sujeição.

Nesse contexto, o artigo detalha as modalidades de funcionamento subjetivo

propostas por Pêcheux. A identificação ("bom sujeito") ocorre quando o sujeito consente livremente com o Sujeito, mas mesmo aqui o hiato se manifesta, por exemplo, na humildade cristã que impede a igualação plena. A contradidentificação ("mau sujeito") é um distanciamento limitado que, ao criticar o Sujeito sem romper com o terreno da evidência ideológica, muitas vezes acaba por reforçar o sistema que pretende questionar, mantendo-se dentro dos limites do hiato. A problemática desidentificação ("feio sujeito"), por sua vez, visaria uma ruptura radical.

Para além delas, nós incorporamos a noção de superidentificação de Žižek, que atua de maneira singular perante o hiato: em vez de buscar preenchê-lo ou dele se afastar, ela o exacerba até o ponto do grotesco, extrapolando os imperativos do Sujeito de tal forma que expõe suas contradições e obscenidades, suspendendo sua eficácia. Diferente da desidentificação, a superidentificação ocorre quando o sujeito leva os imperativos da ideologia ao pé da letra, de forma excessiva, obscena ou grotesca. Esse excesso, ao extrapolar a norma, expõe a contradição e o núcleo de gozo (sinthoma) inerentes ao sistema, suspendendo sua eficácia simbólica. Por fim, o artigo avança a teoria pecheuxtiana ao complexificar o leque de modalidades subjetivas, demonstrando que a relação sujeito-Sujeito envolve distintos vetores de deslocamento e que a superidentificação pode se configurar como uma posição discursiva potente ao desafiar as evidências das formações discursivas dominantes.

Entre Teoria, Estado e cinismo

Em síntese, a reavaliação da desidentificação em Pêcheux(1978), articulada ao debate sobre reprodução/transformação ideológica, é indício de uma tensão estrutural no interior das tradições marxista-leninista

e pecheuxtiana: a expectativa de que a teoria possa ocupar o lugar da falta na política. Ao ser investida como princípio ordenador da prática revolucionária, a teoria tende a se converter, como já sugerimos, num Estado em pensamento, uma instância de autoridade que organiza o campo da luta a partir de uma posição supostamente exterior às determinações ideológicas. Essa operação reintroduz, sob forma epistemológica, a hierarquia que declara combater, restabelecendo a divisão social do trabalho revolucionário: a teoria pensa; as massas executam; a vanguarda administra a distância entre ambas. O resultado é que a teoria, ao tentar suturar essa defasagem, produz precisamente aquilo que pretendia evitar: uma nova forma de autoridade, uma nova abstração que exige obediência e que organiza a insurreição segundo a lógica de uma Ideia.

Neste momento, a contribuição de Sloterdijk (2012) se torna profícua. O sujeito cínico não é o ingênuo preso à evidência ideológica, mas aquele que já antecipou a crítica e, mesmo assim, continua a reproduzir o funcionamento ideológico que denuncia. Não se trata de falta de teoria, mas de excesso: a crítica tornou-se parte do próprio ritual ideológico. Essa constatação desloca a confiança na crítica como operador automático de transformação e revela o limite interno da desidentificação. A crítica torna-se, então, um dispositivo neutro ou mesmo funcional ao capital, como Sloterdijk observa: o sujeito que tudo sabe continua a fazer o que sempre fez, protegido por uma ironia defensiva que neutraliza qualquer aposta transformadora. Esse cinismo não é um desvio individual, mas forma contemporânea de assujeitamento, um modo pelo qual a teoria pode ser absorvida como ornamento, mantendo incólume o núcleo de interesses materiais e as alianças de classe que organizam a vida social².

2 Talvez possamos afirmar que muito do atual negacionismo climático opera de modo cínico: "Sabemos que o planeta colapsa, mas continuamos" — enquanto forma ideológica própria do capitalismo fóssil.

Essa perspectiva incide diretamente na problemática da “extinção” do Estado no mundo socialista. Se a teoria opera como Estado em pensamento, e se o cinismo neutraliza sua força disruptiva, então o horizonte revolucionário corre o risco de oscilar entre quietismo (a espera esclarecida pelo momento objetivo adequado) e voluntarismo (a ação guiada pela convicção de um sujeito esclarecido e uno). Em ambos os casos, perde-se de vista a equivocidade ou a opacidade da vida social. Um projeto de supressão plena da opacidade do social esbarraria no que, de acordo com Rouanet (2004), envolve uma dupla utopia. No plano social, existe o ideal de uma sociedade completamente transparente para si mesma. Esse objetivo é utópico porque tal transparência total nunca será alcançada; no entanto, a psicanálise, em sua dimensão coletiva, não pode abrir mão desse ideal. Rouanet lembra que Freud, em *O Mal-Estar na Cultura*, também alimentou a esperança de que, um dia, a humanidade pudesse superar mecanismos de defesa como o recalque – um recurso imaturo de fuga – e que a sociedade pudesse ser governada pelo *Logos*, ou seja, pela razão. Nesse cenário, o controle social e a gestão das pulsões seriam realizados por meio de uma organização racional da sociedade. Essa visão é realizável? Para Rouanet é evidente que não. Assim, temos duas utopias: a de um psiquismo transparente para si mesmo (no plano individual) e a de uma sociedade regida integralmente pela razão (no plano social). Ambas são inalcançáveis, mas também seriam ideais dos quais não podemos desistir. São dois ideais inatingíveis, porém irrenunciáveis, uma vez que abrir mão deles significaria ou perpetuar uma “razão cativa” (como Rouanet alertou em 1985) ou aceitar de modo conformista – ainda que crítico – uma “razão cínica” (conceito de Sloterdijk, 2012).

É preciso reconhecer que mesmo uma teoria que postula a opacidade do sujeito e da história, como as de Althusser ou Pêcheux, não escapa desse impasse do “inatingível

irrenunciável”. Pelo contrário, ela o expõe, colocando-o em confronto como um mal-estar teórico: se o propósito da teoria é iluminar a opacidade que ela própria afirma existir, então esse ato de revelar o que está encoberto constitui justamente o “irrenunciável” – o conhecimento do objeto opaco. Dessa forma, a transparência completa do laço social se configura como o ideal inatingível, porém irrenunciável, de um projeto teórico e analítico que busca explicar o funcionamento da ideologia e sua intrincada relação com o discurso.

Essas opacidade e equivocidade impedem que a revolta se apresente como modalidade estabilizada. Longe de caminhar, o sujeito dividido tropeça; longe de convergir com a revolta contra a exploração, produz desvios, falhas e deslocamentos que não se deixam capturar por nenhum programa teórico. O cinismo moderno, nesse quadro, não é apenas obstáculo, mas sintoma: ele revela o esgotamento das vias pedagógicas e das teorias que pretenderam ocupar o lugar do Sujeito pleno. A revolta emerge, então, não como realização de uma consciência teórica, mas como efeito de desencontro entre condições objetivas e subjetivas, um acontecimento passível de equívoco, uma irrupção que não coincide consigo mesma e que não pode ser garantida nem pela crítica nem pela vanguarda.

Essa leitura não desautoriza a teoria, mas desloca seu papel: ela não pode mais reivindicar a função de luminar da revolução, tampouco a posição de suplemento moral da resistência. Seu lugar é outro: interpretar a dinâmica contraditória pela qual resistências, revoltas e revoluções se entrecruzam com práticas cínicas, falhas ideológicas e equívocos ontológicos. É nesse terreno instável que a análise do discurso pode reencontrar sua força: não como tribunal da consciência, mas como ferramenta para pensar as formas múltiplas e contraditórias pelas quais a transformação se torna possível.

O modelo da vanguarda, encarregada de portar a ciência e conduzir o proletariado para além de sua “ideologia espontânea”, inscreve uma assimetria entre saber e prática, ou entre práticas teóricas e práticas políticas, que transforma o primado da teoria em primado da autoridade. A pedagogia revolucionária, cuja promessa era operar a passagem da “revolta espontânea” à “revolução organizada”, acaba produzindo efeitos paradoxais: converte a crítica do Estado em uma forma de Estado teórico e reinscreve o sujeito político na obediência à Teoria. É nesse ponto que a crítica de Sloterdijk (2012) ao cinismo moderno se torna fecunda: o militante, como o burocrata, sabe exatamente o que faz, reconhece o caráter ritualizado das palavras de ordem e das estruturas que o governam e, ainda assim, as repete. Essa cisão entre saber e acreditar, característica do “cinismo esclarecido”, ilumina a dificuldade da terceira modalidade pecheuxtiana: a desidentificação não se realiza porque o sujeito já sabe que não há um “Grande Outro revolucionário” plenamente consistente, mas continua a agir como se houvesse.

Só há causa daquilo que falha na teoria: remontemos da lógica do significante ao materialismo espinozista.

Partindo de uma perspectiva alinhada ao anti-humanismo teórico de Louis Althusser (2002), Pêcheux (2014a, p. 138) em *Semântica e Discurso*, argumentou que o paradoxal conceito de Ideologia permitiria conceber: "o homem" como 'animal ideológico', isto é, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza, no sentido espinosano do termo: a história é um imenso sistema natural-humano, em movimento, cujo motor é a luta de classes." Esta concepção espinozista, que fundamenta radicalmente a posição de Pêcheux, caracteriza-se pela adoção do princípio de imanência formulado por Espinosa em oposição a qualquer forma de transcendência. Na filosofia espinosana, expressa na fórmula *Deus sive Natura*

(Deus ou seja a Natureza), não há lugar para um reino separado do mundo material - tudo o que existe constitui expressão imanente de uma única substância. Desta premissa decorre que o animal humano não pode ser concebido como uma "ilha de transcendência" no seio da natureza, mas sim como modo finito desta única realidade, inteiramente submetido às suas leis gerais. É este embasamento ontológico que permite a Pêcheux, na esteira de Althusser, recusar a noção do humano como contranatureza ou ser de transcendência.

A compreensão da natureza como sistema dinâmico e produtivo - como *natura naturans* (natureza naturante) - leva à concepção da história como "imenso sistema natural-humano" em movimento permanente. As formações sociais, relações de produção, lutas políticas e instâncias ideológicas não representam, nesta perspectiva, epifenômenos de uma consciência humana autônoma, mas sim processos naturais entendidos em seu sentido mais amplo e produtivo. A história humana revela-se, assim, como o processo através do qual a natureza atinge tal complexidade que passa a gerar contradições sociais como uma de suas formas específicas de movimento. Desta visão decorre necessariamente a recusa do "sujeito da história" enquanto agente livre e consciente que dirigiria o processo histórico a partir de suas intenções - o que chamamos de indivíduo ou sujeito representa, na verdade, ponto de interseção de múltiplas causas naturais, sociais e passionais. O anti-humanismo teórico althusseriano, que Pêcheux incorpora, surge como consequência direta desta compreensão: o homem não é sujeito, mas é assujeitado por estruturas que o precedem e determinam, sendo a ideologia o mecanismo natural-humano específico através do qual os indivíduos são constituídos como "sujeitos" que vivem imaginariamente sua relação com as condições reais de existência.

Um dos desdobramentos da obra teórica

de 1975 se deu na forma de autocrítica de Pêcheux, anexada à tradução inglesa para *Semântica em Discurso*, e intitulada *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Após todo um trabalho de retificação e ajustamento de suas elaborações teóricas de 3 anos antes, Pêcheux menciona a arqueogenealogia de Michel Foucault, tecendo um elogio consistente e uma crítica contundente uma vez que, em sua avaliação, haveria avanços na compreensão dos mecanismos de interpelação ideológica e de violência repressiva, ao mesmo tempo, persistiriam obscurecimentos quanto aos mecanismos da resistência e da revolta.

Com respeito a essa questão, certas análises de Michel Foucault fornecem a possibilidade de retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, colocando à mostra o processo de individualização-normativização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados — mas com a condição expressa de retificar o próprio Foucault sobre um ponto essencial, a saber, seu embaraço com respeito à psicanálise e ao marxismo: desmontando pacientemente as múltiplas engrenagens pelas quais se realizam o levantamento e a arregimentação dos indivíduos, os dispositivos materiais que asseguram seu funcionamento e as disciplinas de normativização que codificam seu exercício, Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe. Farei a hipótese de que esse obscurecimento se dá pela impossibilidade, do ponto de vista estritamente foucaultiano, de operar uma distinção coerente e consequente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os processos de domesticação animal. Esse biologismo larvado, que ele partilha, em todo desconhecimento de causa, com diversas correntes do funcionalismo tecnocrático, torna, consequentemente, a revolta totalmente impensável, pois, assim como não poderia haver ‘revolução dos bichos’, também não poderia haver extorsão do sobre-trabalho ou de linguagem no que se convencionou chamar de reino animal. (Pêcheux, 2014a, p. 279)

A hipótese de Pêcheux, portanto, para explicar a suposta impossibilidade de a pesquisa foucaultiana apreender as bases da revolta e os pontos de resistência, reside na indistinção que ela estabelece entre o assujeitamento material do animal humano (o “reino humano”?) e a domesticação de animais não humanos

(do reduzido número de espécies passíveis de domesticação). E Pêcheux articulará tal limitação ao embaraço (que também poderia ser traduzido como foraclusão) com a psicanálise e o marxismo, próprio às pesquisas foucaultianas. Com efeito, para Pêcheux, não haveria “revolução dos bichos” (conforme a tradução brasileira, *révolte des bêtes*, na versão francesa, Pêcheux (1990) ou *revolt of the beasts*, segundo a versão inglesa do texto, Pêcheux (1982), porque não há extorsão de sobretrabalho de animais não humanos, ou de linguagem no que é teologicamente designado de reino animal. De modo que, visando um distanciamento do que chamou de biologismo larvado de Foucault, Pêcheux mobiliza dois postulados oriundos de teses do marxismo e da psicanálise, a saber:

“Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história.” (Pêcheux, 2014, p. 279). E acrescenta: “E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrito no simbólico.” (Pêcheux, 2014, p. 279).

Não resta dúvida de que a vinculação entre linguagem e divisão do sujeito remete à teoria psicanalítica³. Gostaria de me deter

3 Em uma perspectiva mais contemporânea, a filósofa Alenka Zupančič (2023), a psicanálise lacaniana oferece uma releitura contundente sobre a “animalidade” humana, alinhando-se à perspectiva nietzschiana que compreende o humano como um animal inacabado e domado. Diferentemente de uma visão que opõe um suposto “animal pleno” a uma humanidade elevada, Lacan propõe que não há no ser humano um nível zero animal autos-sustentável ou um funcionamento orgânico harmonioso. Pelo contrário, o humano é marcado por uma falha ou inacabamento constitutivo, no qual o “mais” — manifestado na pulsão e no gozo (*jouissance*) — ocupa o lugar de um “menos”, ou seja, de uma incompletude fundamental. Nessa abordagem, a pulsão e o gozo não representam um excesso que nos distancia da animalidade, mas expressam justamente essa condição de ser que não funciona como “deveria”. O humano, como ser de pulsão, não é uma exceção à natureza, e sim o ponto em que a própria impossibilidade ou impasse inerente ao natural se torna

com mais atenção sobre essa segunda tese que, no interior da teoria materialista do discurso, funciona como um postulado. Para desenvolvê-la, é necessário apresentar a crítica de Gabriel Tupinambá (2024) à ideologia lacaniana. É importante frisar, desde já, que se trata de uma crítica interna, uma vez que o autor está vinculado à própria tradição lacaniana. Nesse aspecto, sua postura assemelha-se à supracitada autocrítica de Pêcheux, também impulsionada pela necessidade de retificar a teoria para combater os efeitos do ideológico na esfera teórica, na clínica e nas organizações psicanalíticas. Ademais, Tupinambá recupera as concepções epistemológicas de base bachelardiana e althusseriana, partindo do princípio de que a ideologia espontânea da prática teórica emerge da generalização de conhecimentos científicos restritos a um determinado domínio. No caso da psicanálise lacaniana, ele retoma as reflexões de Lacan anteriores à apropriação da linguística estrutural, período em que o psicanalista francês compreendia o *setting* clínico como um espaço artificial, “espaço real que está apartado da realidade” (Tupinambá, 2024, p. 67).

Ou seja, o consultório funcionaria como um campo experimental, no qual a fala dos analisandos estaria liberada da obrigação de relatar algo factual sobre o mundo. E é precisamente nesse sentido que a experiência do inconsciente poderia emergir pela via da livre associação. No entanto, a partir de 1953, com a apropriação da noção de significante da linguística estrutural, Lacan teria se distanciado da leitura da clínica como um espaço artificial e, portanto, de exceção e passado a compreender toda e qualquer fala como determinada pela lógica da cadeia significante inconsciente, “Para a nova teoria metapsicológica de Lacan, o ‘significante mais o inconsciente’ emerge

visível e se articula. Dessa forma, Zupančič dialetiza radicalmente as noções de animalidade e natureza, rejeitando qualquer reducionismo biológico e aproximando-se de uma compreensão dialética da Natureza, tal como sugerida por Althusser (2002).

como o campo capaz de dar conta da origem da significação em geral.” (Tupinambá, 2024, p. 79) Trata-se, para Tupinambá, de uma extrapolação e generalização que estaria na base do que ele chamou de ideologia lacaniana, em que o objeto da linguística por exemplo, estaria subsumido ao continente da psicanálise, “absorvendo o domínio da linguística em uma teoria da fala ainda *mais geral*” (Tupinambá, 2024, p. 66). Para o autor, quando o lacanismo é transformado em doutrina sobre o sujeito humano, o significante deixa de ser operador clínico e passa a funcionar como princípio ontológico transcendental, reinstalando aquilo que pretendia combater. A teoria, assim, é deslocada da contingência de sua prática para o lugar de Sujeito. Com efeito,

Se o significante não é um conceito regional, mas um conceito geral, aplicável a toda interação falada e a toda situação em que há seres falantes, independentemente de quaisquer restrições artificiais, então o objeto da psicanálise está em questão por toda parte – e, portanto, estamos em posição de afirmar que, se um campo de pensamento não trata do sujeito da experiência psicanalítica, não é porque ele não produz as condições para sua constituição, mas, antes, porque ele ativamente as foracluiu, negando “inconscientemente” essa dimensão onipresente da vida humana. Quando Miller reivindica que a lógica do significante desenvolvida por Lacan é capaz de reconhecer o núcleo impensado das leis do pensamento operantes até mesmo nos níveis lógicos mais abstratos e puramente lógicos do discurso, ele apenas está levando tal estratégia até sua conclusão

“lógica”. (Tupinambá, 2024, p 80)

O argumento de Tupinambá acima é de que, se o significante, no sentido lacaniano do termo, é um conceito geral, aplicável a toda situação de fala, então qualquer campo de conhecimento que desconsiderasse a cisão do sujeito e a primazia do significante o faria por via de uma forclusão. Por um lado, esta é precisamente a crítica de Pêcheux ao embaraço/forclusão de Foucault para com a descoberta do inconsciente pela psicanálise. Por outro, o postulado da divisão do sujeito inscrito no simbólico seria condição sem a qual a revolta seria impensável para o animal humano.

Pêcheux, desse modo, toma a linguagem ou o simbólico, a partir da leitura lacaniana, como um demarcador de fronteiras entre o humano e o não humano, reinstaurando inadvertidamente traços do excepcionalismo humano. Da clínica como um campo singular, espaço de experimentação com o significante livre do imperativo do relato, para a condição universal do ser falante (capaz de revolta) no reino do humano: eis um risco real de generalização ideológica, via adesão a aspectos presentes ou latentes no formalismo logicista, que Tupinambá menciona na leitura consequente de Miller⁴ das contradições emergentes pela apropriação da linguística estrutural efetivada por Lacan na década de 1950.

É pertinente mencionar que uma busca de um demarcador de excepcionalidade entre animais humanos e não humanos diverge das considerações de Freud (2010) quando este escreveu sobre as feridas narcísicas⁵. Por outro lado, o próprio Freud também buscou investigar, na psicopatologia da vida cotidiana e nos chistes que circulam na vida social indícios de sua descoberta, extrapolando, desse modo, o campo da experiência clínica propriamente dita. Com isso, quero argumentar que a aproximação com as chamadas formações do inconsciente que Pêcheux faz no anexo 3 continua consistente e profícua. Entretanto, a resistência inconsciente,

4 Importante mencionar que a tese de Miller é ambiciosa, pois entendia que a lógica do significante constituiria um discurso suficientemente amplo para pairar acima dos continentes do marxismo e da psicanálise. Esta é uma tese formalista que Pêcheux não adere e chega a questionar, uma vez que a especificidade de cada continente impediria qualquer fusão entre elas em uma teoria da revolta, na leitura materialista de Pêcheux (2014).

5 Somente quando se torna um adulto ela [a criança] se acha a tal ponto afastada dos animais que insulta seres humanos com o nome de um animal. [...] Todos nós sabemos que há pouco mais de meio século as pesquisas de Charles Darwin, de seus colaboradores e precursores, puseram fim a essa presunção do ser humano. O homem não é algo diferente nem melhor que os animais; é ele próprio de origem animal, mais aparentado a algumas espécies, mais distante de outras. (Freud, 2010, p.245-246)

conceituada pelo filósofo francês, seria uma categoria ligada exclusivamente à linguagem ou à estrutura de classes? Ou ela possui uma base na materialidade viva e corpórea incontornável. Um exemplo concreto disso é o testemunho de um intelectual empregado na montadora Citroën, que Pêcheux (1990, p. 269) cita para ilustrar o impossível do assujeitamento perfeito, das falhas do ritual, na "origem não-detectável da resistência e da revolta". Para trazer o trecho na íntegra, retomo a versão em francês, citada por Pêcheux (1990, p. 269)

Tentation de la mort. Mais la vie se rebiffe et résiste. L'organisme résiste. Les muscles résistent. Les nerfs résistent. Quelque chose, dans le corps et dans la tête, s'arc-boute contre la répétition et le néant. La vie: un geste plus rapide, un bras qui retombe à contretemps, un pas plus lent, une bouffée d'irrégularité, un faux mouvement, la "remontée", le "coulage" [...]⁶.

Pêcheux mobiliza fragmentos da narrativa autobiográfica como exemplo concreto da impossibilidade de um assujeitamento perfeito. Esse trecho, que aparece como nota de rodapé, ilustra como as falhas nos rituais ideológicos revelam uma origem indetectável da resistência, onde lapsos e atos falhos vencem momentaneamente a interpelação ideológica. Sem discordar dessa análise, destaquei (Beck, 2024) um aspecto que tende a ser relegado a segundo plano: os enunciados que se referem especificamente à materialidade viva. A descrição de que "a vida cintila e resiste. O organismo resiste. Os músculos resistem. Os nervos resistem" é índice de uma resistência

6 Eis a versão em inglês seguida de minha tradução. Death tempts you. But life flickers and resists. The organism resists. The muscles resist. The nerves resist. Something in the body and in the head braces up to fight against the repetition and the emptiness. Life: a faster movement, a burst of irregularity, a mistake, a "speed-up", a "slow-down" [...] (Pêcheux, 1982, p. 218). [A morte te tenta. Mas a vida cintila e resiste. O organismo resiste. Os músculos resistem. Os nervos resistem. Algo no corpo e na cabeça se fortalece para lutar contra a repetição e o vazio. Vida: um movimento mais rápido, uma explosão de irregularidade, um erro, uma "aceleração", uma "desaceleração"].

orgânica à mecanização do trabalho. Advogo que, se assumimos a leitura dialetizante da vida, da natureza, da animalidade e a especificidade (não a excepcionalidade) do animal ideológico como parte da natureza, não podemos mais nos apartar de um suposto "domínio da Natureza como província contra-unificada" (Viveiros de Castro, 2012, s.p.). A vida cintila e resiste, nervos e músculos resistem à mecanização do trabalho serial, a materialidade viva é (também) equívoca.

Em tempos de emergência climática, Viveiros de Castro (2023, p. 24) advoga que os "mil nomes de Gaia" não devem ser vistos como sinônimos de uma única entidade. O antropólogo contesta a imagem de Gaia como um Objeto definido e externo, no qual estaríamos contidos, mas do qual poderíamos nos distanciar, graças a um suposto status de exceção da humanidade como Sujeito. Pelo contrário, o autor defende que Gaia é uma relação mútua de constituição com todos os seus habitantes, não possuindo, portanto, interioridade ou exterioridade. Além disso, para Viveiros de Castro (2023), a dinâmica entrópica de nosso momento histórico revela que o Sistema-Terra está se transformando mais rapidamente do que as estruturas do tecnocapitalismo global ou das "relações sociais que comandam o emprego da força de trabalho" (Althusser, 2002, p. 65). Essa disparidade, possivelmente inédita em nossa história, transforma a crença em nossa excepcionalidade, outrora uma vantagem, em uma espécie de nova "ferida narcísica". Algo incontornável e inadiável.

Retomar Espinosa e o espinosismo de Althusser e Pêcheux é, nessa perspectiva, repor a imanência no centro da teoria: não há dois domínios (natureza e cultura, organismo e linguagem), mas apenas uma única substância que produz, em diferentes níveis de complexidade, diferentes modos de expressão. A divisão subjetiva não é um luxo metafísico

do humano, mas o modo pelo qual a vida, em sua materialidade equívoca, falha em coincidir consigo mesma. Zupančič já o observou com precisão: o gozo não é aquilo que nos eleva acima do animal, mas o índice de que também não funcionamos "como deveríamos", de que o natural não é jamais um sistema harmonioso e autossuficiente. A falha não é transcendência: é uma propriedade imanente dos modos finitos. Ao reinscrever o sujeito dividido como efeito material e não como marca ontológica, desfaz-se o privilégio antropológico implícito no estruturalismo linguístico quando tomado como ontologia.

Dizer que "a vida resiste" não é metáfora: é reconhecer que a própria natureza, concebida espinosamente, é campo de forças contraditórias, falhas, dissonâncias, efeitos de duração e potência que não se deixam reduzir ao cálculo. Nesse sentido, pensar insurgências para além do animal humano não significa atribuir agência moral à floresta ou ao clima, mas compreender que o capitalismo extrativista, essa formação discursivo-material que captura corpos e territórios, encontra limites que são simultaneamente naturais e ideológicos. A luta de classes, reconfigurada em escala terrestre, não desaparece; ela se reinscreve na colisão entre formas de vida e formas de produção. Meio século depois, a obra de Pêcheux, obra densa, ousada, falha, rebelde, vive e pulsa entre nós.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo II. Crítica marxista, n. 14, Campinas, 2002. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo85artigo3.pdf. Acesso em 07 set 2023.

ALTHUSSER, Louis. Lo que no puede durar en el Partido Comunista. Tradução de Pedro Vilanova Trías. Siglo XXI de España Ed., 1978.

BECK, Maurício; SCHERER, Amanda. As Modalidades discursivas de funcionamento subjetivo e o legado marxista-leninista. *Letras (UFSM)*, v. 37, p. 169-183, 2008.

BECK, Maurício; MARCEL, Phellipe. O sujeito e seus modos - identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. *Revista Leitura*, v. 2, p. 135-162, 2012 Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1152>

BECK, Maurício. Sobre reprodução/ transformação: o (dis)funcionamento ideológico e seus efeitos políticos. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMAN, Solange (Org.). *Análise de Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos - 30 anos de Michel Pêcheux*. 1ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015, v., p. 67-79.

BECK, Maurício. Sobre o animal ideológico: discurso, direito e entropia no antropoceno. In: Cláudia Jotto Kawachi-Furlan; Amanda Heiderich Marchon; Pedro Henrique Witches; Gesieny Laurett Neves Damasceno; Roberto Perobelli [. (Org.). *Estudos Linguísticos e Direitos Humanos: língua, sociedade e educação*. Vol. 4.. 1ed. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2024, v. 4, p. 247-267.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. [1917] in FREUD, Sigmund. *Obras Completas*, Volume 14. *História de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos")*: Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). Tradução e notas de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Language, Semantics and Ideology: Stating the Obvious*. Translated by Harbans Nagpal. The Macmillan Press Ltd: London, 1982.

PÊCHEUX, M. Il n'y a de cause que de ce qui cloche (1978) in PÊCHEUX, M. *L'Inquiétude du Discours*. Textes de Michel Pêcheux. Choisis

et présentés par Denise Maldidier. Éditions des Cendres: Paris, 1990. PÊCHEUX, M. *Language, Semantics and Ideology: Stating the Obvious*. Translated by Harbans Nagpal. The Macmillan Press Ltd: London, 1982.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 5 ed. Campinas- SP: Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. *Ousar pensar e ousar se revoltar*. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. *Décalages*: Vol. 1: n. 4, 2014b.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Dupla Utopia Psicanalítica*. *Percursos*, n. 33, 1 sem. 2004. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pes33/33Entrev.htm>. Acesso em: 03 mar.2019.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SLOTERDIJK, Peter. (2012) *Crítica da Razão Cínica*. Tradução de Marco Casanova, Paulo Soethe, Pedro Costa Rego, Maurício Mendoça Cardozo e Ricardo Hiendlmayer. São Paulo: Estação Liberdade.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A noção de espécie em antropologia. Reportagem a Eduardo Viveiros de Castro, 16 out. 2012, por Álvaro Fernández Bravo. Disponível em: www.academia.edu/9964305/A_no%C3%A7%C3%A3o_de_esp%C3%A9cie_em_antropologia. Acesso em: 05 ago. 2021.

ZUPANČIČ, A. *O que é sexo?* Tradução de Rafale Bozzola. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Submissão: Dezembro de 2025.

Aceite: Dezembro de 2025